



# Prefeitura Municipal do Surubim

- Estado de Pernambuco -

**Lei Nº 025/2006**

**Ementa:** Dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual 2006/2009

O Prefeito do Município do Surubim, no uso de suas atribuições definidas na Lei Orgânica do Município, c/c art. 124, inciso IV, da Constituição do Estado de Pernambuco, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente lei:

**Art. 1º.** A Lei Municipal nº 014/2005, que dispõe sobre o Plano Plurianual 2006/2009, passa a vigor, a partir de 2007, com as alterações contempladas nos anexos I e II da presente Lei.

§ 1º. O Anexo I que compõem o Plano Plurianual, será estruturado por Entidade, Órgão Responsável, Programa, Projeto/Atividade, Classificação Orçamentária (Função/Subfunção), Objetivo, Ações, Indicadores, Público Alvo.

§ 2º. Para fins desta Lei considera-se:

**I – Programa** – o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos;

**II – Objetivo** – os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações de governo;

**III – Público Alvo** – população, órgão, setor e/ou comunidade, que se destina o programa;

**IV – Projeto/Atividade** – a especificação da natureza da ação que se pretende realizar;

**V – Ações** – corresponde a bens e serviços necessários para atingir o objetivo e procedimentos e trabalho governamentais com vistas a execução do programa.

§ 3º. O anexo contém a relação sequencial dos programas constantes no Anexo I, enumerados de 01 a 140.

**Art. 2º.** Os programas a que se refere o art. 1º definidos a partir das diretrizes gerais fixadas pela Portaria nº 42, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de 14 de abril de 1999, constitui o elo básico de integração entre os objetivos e metas do Plano Plurianual, as prioridades fixadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2007, correspondente aos exercícios abrangidos pelo período do Plano.

**Art. 3º.** A exclusão ou alteração de programas constantes desta Lei, bem como a inclusão de novos programas serão propostos pelo Poder Executivo, através de projeto de Lei específico.



## Prefeitura Municipal do Surubim

- Estado de Pernambuco -

Art. 4º. Fica o Poder Executivo autorizado a alterar indicadores de programas constantes no PPA e a incluir, e a excluir ou alterar ações e suas respectivas metas, sempre que tais modificações não impliquem em mudanças no orçamento do município.

Parágrafo único. As correções nos indicadores, nas metas e ações dos programas autorizados no caput deste artigo, serão formalizadas por meio de Decreto.

Art. 5º. O Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Surubim, em 25 de setembro de 2006.

Flávio Edno Nóbrega

- Prefeito -